



## Aposentadoria

**Planejamento financeiro e psicológico aliados a um estilo de vida saudável são ingredientes para administrar esta nova fase da vida.**

---

**NESTA EDIÇÃO**

**SEGURANÇA E PREVENÇÃO**

**PARCERIAS DA JUSTIÇA FEDERAL**

**DESFAZIMENTO DE BENS**

**ADMINISTRAÇÃO DE VARAS ESPECIALIZADAS  
EM LAVAGEM DE DINHEIRO**



# Finais e Recomeços

Nesta 12ª edição da JR (Justiça em Revista) a matéria de capa é sobre aposentadoria. Quando a Dora, servidora da nossa biblioteca veio à Diretoria do Foro se despedir, eu a vi tão feliz e em paz que pedi a ela um depoimento para a JR. A reportagem da Viviane foi muito além das minhas expectativas, já que de fato há muito o que falar sobre esse importante acontecimento. Para nós que ficamos “na ativa” a aposentadoria ganha ares da célebre frase



“e viveram felizes para sempre”, presente na grande maioria ou em todos os contos de fadas. Do mesmo modo que hoje em dia tenho minhas dúvidas quanto à felicidade intocada da Cinderela, com a aposentadoria, muitas portas se abrem e outras se fecham. O preparo e a consciência de que temos uma infinidade de outras possibilidades e potencialidades é essencial.

Mas aí é que está, voltamos na tela do meu último editorial: sobre finais que são recomeços. O inusitado é que eu não imaginava que isso se aplicaria tão rapidamente também a mim e na própria direção do foro. Este exercício é necessário para todos nós que optamos, estudamos e investimos em carreira pública.

O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular, vetor do Direito Administrativo nos atinge a todos, indistintamente. Buscamos além da realização profissional e, dentre outras coisas, a segurança que o emprego público traz. Achamos que muitas vezes essa segurança vem junto com toda a possibilidade de controlarmos nosso destino. Achamos que vamos mudar, parar ou continuar um trabalho ou uma situação na hora que quisermos ou nos considerarmos merecedores. Às vezes a situação se encaixa perfeitamente, noutras não.

Buscar o plano B, o plano C, outras opções, outras saídas e alternativas e às vezes dependendo de um evento futuro e incerto, sem data prevista, exige que

nós busquemos uma dose extra de esforço naquela gavetinha dentro de nós que muitas vezes está bem fechada, para que possamos nos dedicar e dar o melhor de nós em cada situação vivenciada.

Já vi juízes e servidores terem a coragem de pedir exoneração porque a Justiça Federal lhe serviu por algum tempo, mas depois chegou a hora de alçar outros vãos, investir em outra carreira, outra profissão, outro país, ou exclusivamente

na família. Feito isso de coração aberto, como no caso de muitas aposentadorias, o tempo aqui na Justiça serviu de crescimento pessoal e abertura de uma infinidade de possibilidades, a pessoa sente que pode muito mais, que tem um mundo pela frente.

O exercício que proponho, nesta época em que caminhamos para a primavera é refletirmos se na nossa vida estamos aplicando a “oração da Sabedoria”. Eu fui procurá-la na Internet, e ela está presente desde em websites que tratam de yoga, cristianismo, espiritismo, blogs, gestão de pessoas, enfim, até para quem é ateu o pensamento parece ser válido, é, sem dúvida uma boa reflexão:

“Deus me dê serenidade para aceitar as coisas que não posso mudar, coragem para modificar aquelas que podem ser mudadas e sabedoria para reconhecer a diferença. God grant me the serenity to accept the things I cannot change; courage to change the things I can; and wisdom to know the difference. (The Serenity Prayer - Reinhold Niebuhr).”

Estando aqui na Diretoria do Foro ou não na próxima edição, espero que gostem das matérias e apreciem a nova coluna “dicas de saúde”, opinem, participem e também compartilhem a nova sessão “imagem da vez”.

**Renata Andrade Lotufo**

Juíza Federal Diretora do Foro

## ÍNDICE

Aconteceu: .....	03
Segurança: Em caso de emergência atenção! .....	04
Desfazimento: Beneficiando o público e o privado .....	05
Capa: Aposentadoria .....	06
Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração de vara especializada em lavagem de dinheiro .....	08
Administração: Parcerias na Justiça Federal .....	10
Dicas de Saúde   Livros   Imagem da Vez   Cartas .....	11

## EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raeler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Diretor do Núcleo de Comunicação Social: Helio C. Martins Jr. Seção de Multimídia e Audiovisual: Gerrinson Rodrigues de Andrade, Elizabeth Branco Pedro e Francisco Javã de Carvalho; Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa: Ricardo Acedo Nabarro, Dorealice de Alcântara e Silva e Viviane Ponstinnicoff. Estagiários: Erica Costa e Daniel da Silva Aragão. Visite também a versão virtual da revista em <http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>. Contato: [jf-imprensa@jfsp.jus.br](mailto:jf-imprensa@jfsp.jus.br).

Fotos: NUJAD/SUAP



**Conciliação reúne mais de mil pessoas** - As Subseções Judiciárias de Araraquara, Santos e capital realizaram audiências de conciliação no período de 15 a 19/6. Os processos tratavam de dívidas com o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aposentadoria, invalidez, auxílio-doença, amparo assistencial e até ações de execuções. A juíza federal Daldice Maria S. Almeida coordenou o mutirão na capital. No total foram atendidas 1.369 pessoas e realizados 217 acordos.

Fotos: Hélio Martins Jr.



**Fórum homenageia desembargador** – O Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo recebeu, no dia 3/7, o nome “Desembargador Federal Aricê Moacyr Amaral Santos”, em homenagem a sua atuação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de 1989 a 2003. A solenidade foi presidida pelo desembargador federal Baptista Pereira e contou com a presença de familiares do homenageado, entre outras autoridades. Assista ao vídeo no espaço multimídia da revista na intranet ou pela internet no endereço: [www.jfsp.jus.br/podcast.htm](http://www.jfsp.jus.br/podcast.htm)

Fotos: Ricardo Nabarro e Erica Costa



**Campanha do Agasalho 2009** – Mais de 750 peças de roupas foram arrecadadas nos quatro fóruns da Capital. As coordenadoras da Campanha, Cibele Quilici (SEPL) e Mara Rubia Bertani (SEAD) contaram que a arrecadação deste ano superou a do ano anterior. As doações serão encaminhadas para as entidades filantrópicas parceiras da Justiça Federal. Patrícia Carreta, servidora do TRF3 e professora de dança na Casa de Espanha, encerrou a campanha deste ano com um espetáculo de dança Flamenca, em 29/6.

Fotos: Dorealice de Alcântara e Silva



**Preparando os novos gestores** – Nos dias 18 e 25/6 a supervisora da Seção de Seleção e Acompanhamento Funcional (SUSA), Joceli G. Castelfranchi, proferiu palestra para os novos gestores da Adm/SP. O evento, denominado “Como lidar com as mudanças após a reestruturação” abordou vários assuntos, entre eles a comunicação comportamental. A Administração da JF/SP passou por ampla reestruturação (2/8 a 2/9) com a criação de novos setores para se adequar ao atendimento dos 45 fóruns e do arquivo e almoxarifado central (PW).

**Qualidade de vida AMIL** – A supervisora da Seção de Programas de Saúde e Psicossocial da JF/SP Rosa Maria P. Oliveira ministrou, entre os dias 9 e 26 de junho, palestras educativas sobre “Qualidade de Vida” nos fóruns da capital e Grande São Paulo. Ao final de cada palestra, magistrados e servidores receberam envelopes contendo os resultados da avaliação médica realizada individualmente.

Fotos: Dorealice de Alcântara e Silva

# Em caso de emergência atenção!

Ricardo Acedo Nabarro

Ninguém espera que algo de ruim aconteça, nem tampouco que seja preciso enfrentar uma situação de risco. Entretanto, seja em casa, na rua ou no trabalho, é preciso estar atento aos detalhes e saber reagir na hora de uma eventual emergência, principalmente se estiver num local de difícil acesso ou saída, como são os prédios comerciais de grande movimento.

Manter a calma e a lucidez são requisitos básicos nesse momento. Se o alarme disparar ou se perceber algo estranho acontecendo (fumaça, cheiro forte etc.), deixe bolsas e pertences, siga as placas indicativas de saída e dirija-se à escada de emergência. Nunca use o elevador nem suba andares. "Atitudes como essas podem fazer a diferença numa situação crítica", diz o bombeiro civil Ednaldo Pires, que faz a prevenção nos prédios da Administração Central. Não obstruir corredores, hall de elevador e rotas de fuga com mesas, caixas e cadeiras é essencial para a segurança, evitando que pessoas possam se ferir em caso de desocupação rápida do ambiente. Deixar livres as áreas próximas aos extintores e dispositivos de alarme também deve ser observado.

Uma das maiores causas de incêndio em edifícios comerciais está relacionada ao esquecimento e à falta de atenção das pessoas que ocupam esses locais. É comum equipamentos ficarem ligados durante a noite e finais de semana por descuido dos funcionários. "Uma vez deixaram ventiladores ligados durante todo o fim de semana e na segunda-feira estavam praticamente em brasa", lembra o bombeiro Pires.

Por isso é fundamental que o último a deixar o trabalho verifique se TODOS os equipamentos foram desligados: ventiladores, cafeteiras, computadores e aparelhos de ar-condicionado. Vale lembrar que seguranças e bombeiros não inspecionam salas que foram fechadas à chave, por isso é importante diretores e supervisores orientarem suas equipes nesse sentido, com atenção redobrada para os finais de semana e vésperas de feriados, quando as salas ficam fechadas por mais tempo. Detalhe: capas de computadores também podem se incendiar se o equipamento não for desligado corretamente.

Outra dica importante: quando observar alguma ocorrência estranha no local de trabalho (fumaça/cheiro forte/fogo) não tenha receio de acionar o dispositivo de alarme localizado nos andares. Isso não dispara o alarme automaticamente, apenas manda um aviso para os bombeiros e seguranças verificarem o que está acontecendo. Dessa forma,

os responsáveis pela prevenção agirão rapidamente.

Pires alerta que a porta corta-fogo deve ser mantida sempre fechada (nada de calço para mantê-la aberta). Dessa maneira a escadaria ficará isolada da fumaça em caso de incêndio, evitando que o ar contaminado tome conta do lugar e cause asfixia por inalação. Também não é aconselhável abrir nem quebrar janelas onde há existência de fogo, para evitar a propagação das chamas por causa do oxigênio.

Observar onde estão os extintores de incêndio e saber quem são as pessoas que receberam treinamento de Brigada de Incêndio pode evitar situações de pânico e tumulto. "Os brigadistas estão bem preparados e podem acalmar e orientar aqueles que se desesperam com facilidade nessas situações", conclui Pires.



## BRIGADAS DE INCÊNDIO

São equipes constituídas por profissionais com funções específicas de prontidão (os chamados bombeiros profissionais civis) ou ainda formadas voluntariamente por trabalhadores de diversas áreas das empresas (chamados brigadistas). A função principal desses grupos é de estarem em plenas condições de conhecimentos teórico e prático para o combate, extinguindo de imediato qualquer indício de incêndio. Por estarem no próprio local de trabalho e conhecerem suas áreas de risco sua ação é vital nos primeiros cinco minutos de combate ao fogo, antecedendo a ação do Corpo de Bombeiros (se houver necessidade).



## ABANDONO DE ÁREA

Para abandono da edificação, deve-se:

- manter a calma
- não correr
- não tentar salvar objetos
- fechar portas e janelas, se possível
- desligar máquinas e equipamentos elétricos
- não usar elevador
- não subir para andares superiores, sempre descer
- nunca saltar do edifício
- seguir as placas indicativas de saída
- se ficar preso no elevador procure ficar calmo, sente-se no chão e respire fundo. Utilize o interfone para chamar por socorro.



## PRIMEIROS SOCORROS

É importante lembrar que os primeiros socorros devem ser praticados por pessoas treinadas para essa finalidade. Em caso de acidente disque 193 imediatamente. Uma equipe de resgate do Corpo de Bombeiros será enviada ao local em alta velocidade.

- não movimentar a vítima
- identifique-se para ela
- identifique a vítima
- pergunte o que aconteceu
- pergunte o que a vítima está sentindo
- se possível, localize e estanque grandes hemorragias (sem movimentar a vítima)
- fique ao lado do acidentado até a chegada do socorro e procure acalmá-lo para que não se movimente

# Beneficiando o público e o privado

Dorealice de Alcântara e Silva

Ao participar do evento Almoço do Saber (\*1), em abril deste ano, o diretor da Subsecretaria de Licitações, Materiais e Finanças (\*2), Sérgio Tinoco Cordeiro Filgueiras, fez um resumo da trajetória da política de desfazimento da Justiça Federal em São Paulo, apontando as mudanças e os resultados obtidos.

Entrevistado, Sérgio contou que na esteira da gestão do patrimônio as mudanças devem ocorrer simultaneamente na consciência do servidor. "Ter tudo sob controle é bom, mas só é sólido se o servidor tiver consciência de que ele não só trabalha na instituição, mas faz parte dela, por isso é importante cuidar do patrimônio de onde trabalha".



Sérgio Tinoco Cordeiro Filgueiras

A gestão administrativa do patrimônio envolve processos de recebimento; cadastramento; inventário; escrituração e desfazimento de bens que não tenham mais utilidade em determinada instituição, mas podem ser úteis para outras, sejam elas públicas ou privadas.

"A princípio tivemos muitas dificuldades com o desfazimento, mas depois conseguimos lidar com o trabalho com mais facilidade. A dificuldade maior era o local para o desfazimento. Isso acabou gerando uma tensão entre as pessoas, porque muitos tinham a falsa idéia de que basta fazer uma lista com o que já está em desuso, colocar esse material no corredor e, a partir desse momento, deixar de ter responsabilidade pelo patrimônio. Não é assim que funciona".

No período de 2003/2005 foram criadas comissões em todas as subseções judiciárias em São Paulo, com a

finalidade de recolher, alocar esse material e proceder ao desfazimento. Atualmente a JF/SP possui uma Comissão

Permanente de Desfazimento (Central) e 41 Comissões Setoriais de Desfazimento (Subseções Judiciárias). De 2003 – quando iniciada – a 2009, a gestão do patrimônio público já doou 8.298 bens, beneficiando órgãos públicos na área de segurança, justiça, educação, saúde, previdência social além de entidades filantrópicas. Ela também apurou R\$94.500,00 com leilão de 11 veículos. O trabalho evoluiu.

Hoje, antes de desfazer-se de um bem, as comissões perguntam "por que se desfazer dele? É possível reutilizá-lo?". Sem essa análise Sérgio diz, "pode-se atender o legal, mas é

só isso que nos está reservado? Tratar do desfazimento, cuidar do patrimônio é pensar na coisa pública e no meio ambiente, é uma questão de consciência, daquela que nos fala que a Justiça somos nós".

## DOAÇÕES (2007/2009)

Foram doados 21.330 itens para instituições públicas e privadas, entre elas:

**Justiça:** Defensoria Pública da União/SP; J.Eleitoral/Araçatuba; TJ/ Ribeirão Preto.

**Segurança:** DP de Araçatuba, São José do Rio Preto, Piracicaba, Bauru; Araraquara; Polícia Militar de São Paulo; Escola Preparatória de Cadetes do Exército

**Prefeitura:** São José do Rio Preto; Jaú e Serrana

**Educação:** Secr.de Educação de Araçatuba, São José do Rio Preto, Bauru, Osasco e Secr.Est. de São Paulo; Universidades Federais do Rio de Janeiro e de Pelotas

**Fazenda Pública:** São José do Rio Preto e São Bernardo do Campo

**Saúde:** Fundação Nacional da Saúde/SP

**INSS:** São José do Rio Preto; Piracicaba e Bauru  
Entidades filantrópicas: APAE (São Carlos e Ribeirão Preto); Lar Batista de Criança (Piracicaba); I.P.M. de Maria Imaculada (São José dos Campos)

**Meio ambiente/Políticas públicas:** IBAMA, Instituto Nacional de Preservação Ambiental (INPA); Oxigênio – Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais de São Paulo.

## TUDO COMEÇOU EM...

**2003/2005** – criadas as primeiras comissões setoriais de desfazimento;

**2005/2007** – descentralização do desfazimento, cada subseção passa a ser responsável pelo descarte de seus materiais;

**2007/2009** – primeiro leilão (2008) constituído por 11 veículos, arrematados por R\$ 94.500,00 (Central de Hastas Públicas Unificadas); doação de 8.305 itens patrimoniáveis (veículos, mobília, computadores, impressoras) e 12.925 não patrimoniáveis, beneficiando instituições públicas e privadas.

(\*1) ALMOÇO DO SABER - Palestras realizadas no JEF/SP no período de 24/3 a 6/4/2009; evento realizado em conjunto com o MPF-SP. Assista o vídeo no espaço multimídia da revista ou pelo endereço: [www.jfsp.jus.br/vidoteca.htm](http://www.jfsp.jus.br/vidoteca.htm)

(\*2) Em 16/04/2009 o desfazimento passou a ser atribuição da Subsecretaria de Materiais, Arquivo e Depósito Judicial

# Aposentadoria: O que fazer de agora em diante?

Viviane Ponstinnicoff

## Planejamento é o mais importante, dizem especialistas

A palavra aposentadoria pode gerar um efeito ambíguo para o ser humano. Seja alívio, seja angústia, trata-se de uma etapa importante da vida do trabalhador. No entanto, para que ele entre nessa nova fase de sua vida, é imprescindível que se planeje financeira e psicologicamente. Do contrário, doenças como a depressão podem aparecer.

Especialistas afirmam que o motivo da depressão pós-aposentadoria é a dificuldade de lidar com as perdas. Há, porém, várias formas de se evitar um quadro depressivo para quem pára de trabalhar. Nesse contexto, o planejamento tem papel fundamental. Fazer exercícios físicos, cuidar da alimentação, passar por exames médicos com frequência, ter metas como um trabalho voluntário ou um hobby, além de uma rede social de convivência são fatores que contribuem para uma aposentadoria saudável.

A bibliotecária Doralice de Castro ingressou na Justiça Federal há 22 anos. No dia 13 de maio de 2009, seu tempo na instituição chegou ao fim. Doralice se aposentou. Ciente de sua nova condição, ela conta que a parte mais importante é o planejamento. Ou seja: o que fazer de agora em diante?

Doralice foi a primeira servidora da Biblioteca Central do Fórum Cível Pedro Lessa e acompanhou a evolução dos trabalhos na Justiça Federal, especialmente na parte de informatização, o que acabou por influenciar na sua vida pessoal. “Se eu tivesse me aposentado há alguns anos, com certeza me arrependeria, pois não teria tido acesso a todos esses recursos tecnológicos. Agora que vou sair, não vou conseguir viver sem isso que aprendi: computador, e-mail. Tudo isso já está incorporado na minha vida”.

Ela conta que vem se preparando para a aposentadoria há quase três anos. “O mais importante é ter metas. Se eu não tivesse metas, ficaria trabalhando até o compulsório, porque não sei ficar parada. Acho que a pessoa deve se preparar para ter uma atividade paralela, algo que goste. Eu gosto muito de artesanato, então tem cursos que eu quero fazer agora para me aprimorar.



Doralice de Castro

Participo também de um grupo no interior que cuida de animais abandonados”.

Além do preparo para o mundo “lá fora”, Doralice enfatiza a importância de deixar o trabalho que ela executou em 22 anos de Justiça Federal em ordem. “Nós passamos por muitos treinamentos, a Justiça investiu em mim como profissional e vou levar isso para minha vida. Por isso fiz questão de deixar a casa em ordem, nada ficou pendente e a pessoa que vai me substituir,

junto com a equipe, está plenamente capacitada pra dar continuidade e melhorar ainda mais”.

Assim como Doralice, vários servidores da Justiça Federal ingressaram na aposentadoria com um planejamento do que iriam fazer. De outro lado, alguns tiveram que passar por dissabores para só então recuperarem o equilíbrio.

“Quando me aposentei, pensei que seria muito bom e, no início, foi. Fui viajar para comemorar, fiz alguns passeios e voltei para casa. Então percebi que a casa precisava de reforma e passei alguns meses ocupado com isto. Acabou a reforma e não me achei mais... Os fatos aconteciam sem que eu pensasse muito sobre eles e me perdi, fiquei depressivo, me percebi pouco produtivo e não sabia mais como ‘gastar o tempo’. Resultado: envelheci e adoeci, até porque tenho ficado muito só”.

A fala transcrita acima não é de uma única pessoa. É o recorte e a junção de várias das falas que a psicóloga Rosa Maria do Prado Oliveira, da Seção de Programas de Saúde e Psicossocial (SUSP) tem ouvido durante a realização do trabalho que faz com os aposentados da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo. Rosa coordena, uma vez por semana, o “Grupo de Reflexão sobre a Maturidade”, destinado a servidores em vias de se aposentar e aposentados.

Rosa conta que, com sua experiência com os aposentados, constatou o quanto é importante a prevenção antes da tão sonhada aposentadoria. Segundo ela, o primeiro pensamento do recém-aposentado é o desejo de aproveitar o tempo livre e realizar o que não foi possível ao longo dos anos de trabalho. Viajar e reformar a casa são exemplos das primeiras atividades que eles realizam.

Quando o aposentado percebe a falta do que fazer e se sente improdutivo, há a necessidade de fazer novos planos. Aí é que começa a residir o perigo. “Esta percepção de improdutividade é que propicia o desenvolvimento do desânimo, da depressão e da apatia. Aparece até mesmo a saudade do tempo em que se trabalhava e então a sensação de envelhecimento começa a ser mais fortemente percebida”, diz Rosa.

Há alguns anos, era comum associar a ideia de aposentadoria à velhice. O que restava era colocar o chinelo e o pijama e ir ficando cada vez mais velho – e depressivo. Hoje, em virtude de escolhas e estilos de vida mais saudáveis, é possível desvincular o envelhecimento da doença. O envelhecimento saudável exige uma postura diferenciada diante da vida, como a incorporação de hábitos preventivos em relação à saúde, tais como a atividade física, a alimentação adequada, dentre outras. A aposentadoria também exige um tratamento preventivo para que possa acontecer de um modo mais tranquilo e saudável.

Por isso o planejamento é imprescindível, mas não só física e psicologicamente. O lado financeiro também merece atenção. “É preciso que o pré-aposentado verifique os recursos financeiros com quais irá contar – visto que mesmo que aposentadoria se dê de modo integral, o salário sofrerá uma queda, razão pela qual exigirá uma nova formulação orçamentária”.

Outro aspecto que exige reflexão é decorrente do fato do homem viver melhor quando em sociedade. Ao longo da vida ativa, por vezes a “sociedade” fica identificada com o ambiente de trabalho. Segundo a psicóloga, esta é a razão pela qual é comum as pessoas aposentadas voltarem insistentemente ao local de trabalho em busca dos amigos

e até mesmo de notícias da instituição a qual pertencia. Mesmo aposentadas as pessoas sentem-se ainda parte das instituições na qual trabalharam por anos a fio.

Com essa percepção, Rosa criou o “Grupo de Reflexão sobre a Maturidade”. Os encontros acontecem todas as terças-feiras, com temáticas variadas. “O encontro com pessoas que passam pelas mesmas vivências levam sempre à percepção do não estar só e de sermos os únicos a enfrentarmos dificuldades e dúvidas. Tratamos a elaboração da aposentadoria como mais uma das tarefas da maturidade. Outras tarefas também são relevantes, como a elaboração de perdas, a adaptação a uma nova fase da vida, a evolução da espiritualidade, dentre outras; mas certamente a aposentadoria se apresenta como uma das mais relevantes e como porta de entrada para outras reflexões desta bela fase da vida”.

Atualmente existem 414 servidores da Justiça Federal de São Paulo aposentados. Foram concedidas 26 aposentadorias em 2008 e 19 em 2009, sendo: 24 voluntárias, 16 por invalidez, quatro compulsórias e uma por idade.

A aposentadoria no serviço público é composta de três regras básicas: de direito adquirido, de transição e geral, que por sua vez são divididos em três tipos: voluntária, compulsória ou por invalidez.

**Voluntária:** atualmente é por tempo de contribuição ou por idade, devendo ser analisada segundo a norma vigente à época do cumprimento de todos os requisitos exigidos para aposentadoria. Como a legislação de aposentadoria passou por várias reformas desde a Constituição Federal de 1988 e continua em constante transformação, foi disponibilizada na intranet da JFSP uma cartilha contendo todas as regras vigentes e uma planilha de cálculo para que o servidor simule a data provável da aposentadoria.

**Compulsória:** O servidor será aposentado compulsoriamente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que completar 70 anos de idade. Aposentadoria por Invalidez: Após a junta médica oficial concluir pela aposentadoria do servidor é expedido laudo médico propondo a invalidez integral nos casos de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável previsto no parágrafo 1º, do artigo 186, da Lei nº 8112/90, e proporcional nos demais casos.

Os proventos de aposentadoria que levam em consideração a regra implementada podem ser com base na remuneração do cargo efetivo e possuem isonomia com o servidor da ativa ou pela média aritmética simples das maiores remunerações contributiva correspondentes a 80% de todo o período, desde a competência de julho de 1994 e sem paridade.



Os juízes federais Márcia Souza e Silva de Oliveira, da 1ª Vara Federal de Campinas, e Márcio Rached Millani, substituto da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, falam sobre os desafios na administração de vara especializada em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Dinheiro.

## Desafios e Prioridades na Administração de vara especializada em lavagem de dinheiro



**CAPITAL**  
**Márcio Rached Millani**  
**Juiz federal**  
**6ª Vara Federal Criminal**  
**da Capital**

As varas especializadas foram criadas pelo Provimento n.º 238, de 27/08/2004, com competência para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro e os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. A opção feita em nossa região atribuiu competência exclusiva para tais delitos às duas varas criadas, ao contrário do que ocorreu em outras regiões nas quais as varas especializadas acumularam também outras competências, como ocorreu na Seção do Rio de Janeiro.

O primeiro grande obstáculo superado foi o atinente à constitucionalidade da sua criação e a redistribuição dos processos, determinada pelo artigo quinto da mencionada Resolução. O Supremo Tribunal Federal acabou por reconhecer, no julgamento do Habeas Corpus n.º 88660, que nem a criação de varas especializadas tampouco a transferência de processos já em curso em varas não especializadas feriam a Constituição Federal,

O Subprocurador da República Wagner Gonçalves, em palestra proferida no FONACRIM, disse que há três

tipos de réus: os invisíveis, os demonizados e os imunes. Para os primeiros qualquer medida penal poderia ser deferida porque dificilmente vozes levantar-se-iam em sua defesa. Os segundos, por causarem repulsa à sociedade, não teriam as decisões judiciais proferidas em seu desfavor questionadas. Os réus dos processos que tramitam nas varas especializadas pertencem à terceira categoria, na classificação do ilustre representante do Ministério Público Federal. As decisões judiciais proferidas contra estes geram grande repercussão na imprensa e costumam ser levadas com enorme rapidez ao Supremo Tribunal Federal. Vários são os exemplos recentes, como a súmula das algemas, a possibilidade de acesso dos advogados aos inquéritos policiais sigilosos, a possibilidade de reperguntas no interrogatório, etc.

Decisões corriqueiras para a grande maioria dos juízes penais podem tomar vulto impensado, quando proferidas em desfavor de determinados indivíduos, como as senhas conferidas a agentes da Polícia para a pesquisa de dados cadastrais, objeto de questionamento nos jornais e CPI. Em virtude do sigilo que grava grande parte dos autos que tramitam nas especializadas, é delicado o relacionamento com a imprensa, sendo tênue a linha que separa o direito à informação e o dever de resguardar-se a investigação e a intimidade dos investigados. A matéria é tão delicada que já foi objeto de três Resoluções do Conselho da Justiça Federal, as de n.º 507, de 31 de maio de 2006, 589, de 29 de novembro de 2007 e 58, de 25 de maio de 2009.

As estatísticas mostram que os resultados até agora obtidos, passados quase cinco anos da especialização, ficaram aquém do esperado. Idealizadas

para o processamento de cerca de 150 ações penais, as novas varas possuem três vezes este número. Embora a Polícia Federal conte com delegacias especializadas, não se observou uma maior rapidez nas conclusões da imensa maioria dos inquéritos policiais. De igual modo, não se constatou maior celeridade no processamento das ações





penais, ao revés, é possível, neste momento, notar que a instrução tem demandado maior tempo para o seu término em razão da complexidade dos delitos, fato traduzido por um número menor de feitos conclusos aos gabinetes para prolação de sentença.

Se, por um lado, a exclusividade teve por mérito um maior conhecimento da matéria por parte dos juízes e servidores e um relacionamento mais qualificado com os demais órgãos estatais envolvidos (DRCI, COAF, etc), por outro acabou por estabelecer uma perigosa relação de pessoalidade entre os crimes financeiros e os de lavagem e determinados juízes. Para que os avanços continuem se faz necessária a criação de mais varas além do seu adequado aparelhamento, redimensionamento do número de servidores e realização de cursos de aperfeiçoamento, do contrário, a especialização, inicialmente projetada para dar maior eficiência e celeridade, poderá acarretar resultado inverso, se mantidos os atuais níveis de distribuição.



**CAMPINAS**  
**Márcia Souza e Silva**  
**de Oliveira**  
**Juíza Federal**  
**1ª Vara Federal de Campinas**

A 1ª Vara Criminal de Campinas é a única vara do interior com competência exclusivamente criminal, o que abrange todos os crimes de competência federal, júri, JECRIM, execução penal e, curiosamente, naturalização. A especialização da Vara ocorreu no dia em que me tomei titular e causou certa preocupação para os servidores, mas isso já foi contornado, tendo em vista o pequeno número de autos especializados.

A Vara possui 3.309 inquéritos, recorde na Seção Judiciária de São Paulo, creio eu o que obrigou o setor de inquéritos policiais a aumentar o número de funcionários, sem detrimento das 1.151 ações penais e procedimentos especiais. O total de feitos na Vara é de 5.113. Como toda vara criminal, o número de processos e procedimentos é alto, mas como há um juiz substituto, a carga de trabalho é dividida com tranquilidade e sintonia.

Implementamos a pesquisa de opinião para advogados e partes e o resultado foi muito bom. As reclamações foram observadas e até as instalações da Vara foram elogiadas.

Com a nova sistemática determinada pelo Código de Processo Penal atual, a 1ª Vara agora possui a sala de audiências, sala de testemunhas, sala de reconhecimento de réus e, durante dois meses aproximadamente, foram feitas reuniões semanais com servidores e juízes para a aplicação correta da nova lei.

A novidade do momento são as audiências gravadas em vídeo e áudio; tudo ficou mais célere; já consegui ouvir 12 testemunhas em duas horas e meia e as gravações refletem mais a realidade, na hora da prolação da sentença. Há algumas resistências por parte de advogados, mas sempre explico que o novo sistema permite que maiores detalhes sejam computados, há uma percepção maior por parte do juiz acerca do estado de espírito de réus e testemunhas.

Como juíza titular de vara criminal não sofro qualquer tipo de constrangimento ou discriminação. Ao contrário, há um grande respeito das partes e seus defensores. Existe até um temor referente à minha atuação, talvez devido à "lenda" de que juízas são mais rigorosas em seus julgamentos. Não sei se é lenda ou não, mas costumeiramente, após o término das audiências, há diálogos saudáveis sobre todos os tipos de assuntos que vão desde os resultados do futebol da semana, renovação da isenção do IPI, indicações de lojas com produtos baratos e outros assuntos pitorescos.

O convívio com os servidores é pra lá de agradável, todos competentes no que fazem, amáveis, descontraídos, o que propicia que problemas administrativos sejam resolvidos com eficiência e até bom humor. Mesmo com uma Vara considerada difícil, minha atuação é tão gratificante que não tenho vontade sequer de voltar para a capital, tão agradável é o dia-a-dia no fórum e na cidade de Campinas.

# Malha de Parceiros

Elizabeth Branco Pedro

A Justiça Federal de São Paulo teve, ao longo dos anos, um aumento extraordinário no volume de processos dentro de sua jurisdição. A modernização do sistema informatizado e dos procedimentos se tornaram essenciais para o regular andamento desses processos. Seja no aspecto administrativo ou jurisdicional, toda a velocidade é mínima se considerarmos as proporções gigantescas e o crescimento contínuo na quantidade de processos. As informações específicas aumentam dia a dia. Surge, então, a necessidade de novos colaboradores. As parcerias e convênios com outros órgãos tornam-se necessários e essenciais.

Destacamos a seguir os acordos mais relevantes firmados entre a Justiça Federal de São Paulo e outras instituições: Ministério da Fazenda; Banco Central; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Correios; Fazenda Nacional; Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Previdência Social; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, Departamento de Logística e Serviços Gerais); Polícia Federal; Procuradoria da República em São Paulo (Ministério Público Federal em São Paulo); Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Receita Federal; Secretaria do Tesouro Nacional; Tribunal de Contas da União; entre outros e Justiça Estadual (nos locais onde tem competência para julgar, Art.109, §3º, da CF/88)

Dos sistemas mais utilizados, listamos SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais); SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira). Até o final de 2009, o Projeto SigJus, voltado para os órgãos do judiciário integra Conselho da Justiça Federal, Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias, uniformizando as rotinas administrativas. Atualmente está em fase de treinamento.

Independente das parcerias e acordos efetuados regionalmente com outros órgãos públicos, a Justiça avança para a total integração dos sistemas informatizados. Esse banco de dados nacional proporciona a eliminação de etapas em autarquias públicas que se complementam; permite que as informações sejam atualizadas e precisas e determinam o caminho para a transparência do Poder Público.



## Alguns exemplos nas parcerias realizadas com a JFSP

- Prefeitura, cessão de imóvel público para uso dos fóruns federais de Jales, Registro e outros; Procuradoria da República, cursos de Capacitação e Treinamento; Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, Setor Técnico-Científico, cooperação e orientação para análise de provas criminais; Universidades, cooperação para estagiários voluntários de cursos de Direito. Fóruns de Campinas, Franca, Jundiaí, Santos e outros.
- Desfazimento – Bens destinados para doação a outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional (legislação, [www.jfsp.jus.br](http://www.jfsp.jus.br) > desfazimento)
- Ações de cidadania – capital: 3ª Semana Nacional pela Conciliação, 1-5/12/08, A Justiça Federal de São Paulo (1ª instância) concluiu 1.269 ações com valor estimado em R\$7.847.940,67, mobilizando 80 juízes federais e 229 servidores no atendimento a 2.343 pessoas. A 3ª Região (1ª e 2ª instâncias e Juizado Especial Federal) totalizou R\$25.531.431,54. O evento se destacou pela participação conjunta, inédita, da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho. A Prefeitura de São Paulo disponibilizou o estádio do Pacaembu e toda a infra-estrutura de órgãos públicos necessária ao atendimento, acesso e segurança da população. O projeto foi coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com os Tribunais Federais das cinco Regiões para finalização de ações processuais pendentes. Interior: 2º Mutirão da Cidadania em Marília, 18-19/6/09. O Fórum de Marília participou, no esclarecimento de dúvidas, em cooperação com a Prefeitura, INSS e Ministério Público, autor do projeto. Cartórios de Registro Civil, de Imóveis, Hemocentro e Procon também compareceram. O mutirão foi voltado para moradores da zona norte do município (o primeiro foi para a zona sul). Realizado no salão da Paróquia Santa Antonieta, foi fruto de reuniões da Prefeitura com a comunidade local.

## GRIFE A (H1N1)

Em 11 de junho de 2009, a OMS elevou o alerta da fase 5 para a fase 6, significando que o vírus variante da Influenza A (H1N1), ou Gripe A, disseminou-se internacionalmente e atualmente é considerada uma pandemia de gripe por esse novo agente. Com a chegada do inverno no hemisfério sul, o número de casos na América do Sul tem aumentado consideravelmente, sobretudo em países como Argentina, Chile e Brasil. Veja algumas recomendações da ANVISA:

**Principais sintomas:** Febre (geralmente mais alta, acima de 38°C), tosse, calafrios; congestão nasal, espirros ou dor de garganta; dores de cabeça, mal estar e cansaço; diarreia e vômitos (mais comum em Gripe A do que na gripe comum).

**Contágio:** geralmente por tosse ou secreções (coriza, espirros) dos afetados pela doença; o vírus não é transmitido por meio da ingestão de alimentos, portanto, a infecção não se dá pela ingestão de carne de porco; algumas vezes, pode ocorrer contágio por contato da pele em locais onde haja o vírus e depois contato da pele contaminada nos olhos, boca ou nariz.

**Recomendações:** se surgirem os sintomas, procure um serviço médico de saúde para avaliação; manter as condições adequadas de higienização (uso de locais para lavagem das mãos) em áreas de circulação, como local de atendimento ao público, bancadas, lobbies, corredores e banheiros, e no ambiente de trabalho, como computadores, estações de trabalhos, mesas, mouses, teclados, maçanetas das portas e superfícies em geral; lavar as mãos várias vezes ao dia; evite passar as mãos na boca, nariz e olhos após espirros ou tosse (lavar as mãos se isso ocorrer); pessoas que viajaram para locais com grande incidência da doença e apresentam os sintomas da gripe devem procurar o serviço médico; o uso de máscaras para proteção do rosto é recomendado para pessoal da área de saúde que está em atendimento aos possíveis casos da doença (locais de atendimento em pronto-socorro), pessoas com baixa imunidade e para os profissionais no atendimento nas fronteiras.



**“Atravessar a cordilheira dos Andes de ônibus entre Santiago (Chile) e Mendoza (Argentina) foi uma experiência inesquecível!”**

Ricardo Acedo Nabarro – SUTI

A Justiça em Revista inaugura nesta edição o espaço: IMAGEM DA VEZ. Magistrados e servidores podem nos enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: [jf-imprensa@jfsp.jus.br](mailto:jf-imprensa@jfsp.jus.br). As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.

## LIVROS



**DIREITO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO INTERDISCIPLINAR – EDITORA CONCEITO/2009 – MARCUS ORIONE GONÇALVES CORREIA**

Com textos que revelam a complexidade das discussões previdenciárias atuais, este livro é parte do que manifestou o módulo de Direito previdenciário do Curso de Currículo Permanente da Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (EMAGIS).



**CRIME ORGANIZADO: ASPECTOS PROCESSUAIS – 2009 – EDITORA DOS TRIBUNAIS – SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE**

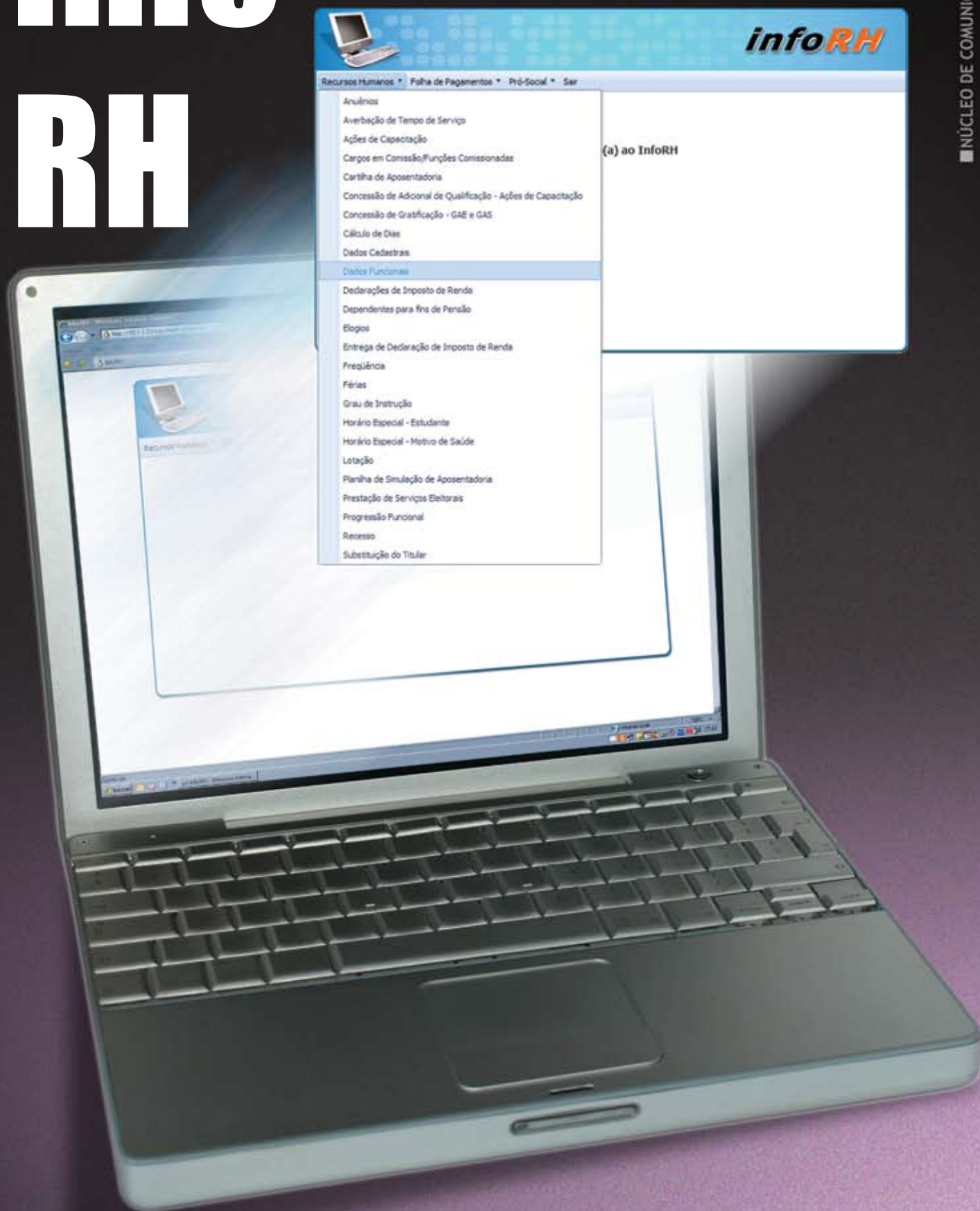
Em tema de grande atualidade, esta coletânea de artigos estuda o tratamento dado pela legislação processual brasileira e estrangeira ao crime organizado, permitindo uma conclusão para melhor compreensão e análise crítica da própria legislação brasileira.

## CARTAS

Gostaria de parabenizar a iniciativa pela reportagem “O serviço psicossocial na Justiça Federal”, fruto da edição de abril/2009, uma vez que demonstrou a importância dos servidores e das áreas de atuação da saúde dentro da Justiça que trabalham em benefício de todos.

**Alexandre F. Ferrareto**  
servidor da Central de Mandados Unificada

# Info RH



**Todas as informações, num só lugar!**

O servidor da Justiça Federal de São Paulo tem a sua disposição uma ferramenta on-line para consulta de seus dados cadastrais. Consulte e atualize sempre seus dados.